

O PROBLEMA I

“NADA SERÁ COMO ANTES,  
AMANHÃ”

Antropólogues negras/os movendo a  
Antropologia Brasileira



Vinícius Venancio  
Universidade de Brasília  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social | Brasília, Brasil  
vini.venancio2@gmail.com | ORCID iD: 0000-0003-3245-1204

Juliana Cintia Lima e Silva  
Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social | Rio de Janeiro, Brasil  
jcintia7@outlook.com | ORCID iD: 0000-0001-6824-224X



## Introdução

**É** difícil não perceber a forte mudança ocorrida na Antropologia brasileira nos últimos anos, que com muita luta passa a contar com uma maior presença de pessoas negras/os, indígenas, LGBTIQ+ e outras populações cujo lugar e contribuições para a ciência foram historicamente obliteradas (Pereira, 2020). Nesse contexto de institucionalização e ampliação das políticas de acesso afirmativo na graduação e pós-graduação e de tensionamento da Antropologia hegemônica brasileira, não faltam questionamentos. Cânones são revistos e recuperados; as subjetividades da/o antropóloga/o em campo são colocadas no centro do debate, desmistificando a pretensa objetividade branco-cis-masculina a partir de corpos negros que ocupam a Antropologia, pondo em xeque a falsa “arracialidade” dos corpos brancos que até então dominavam a disciplina; novas perspectivas sobre velhos temas surgem, assim como novas visões sobre novas questões de pesquisa. Como nos canta Milton Nascimento, “Sei que nada será como antes, amanhã”.

E é justamente com o intuito de refletir sobre as mudanças ocorridas na Antropologia brasileira nos últimos anos e sobre os movimentos encabeçados por indivíduos e coletividades negras no campo que damos início às conversas por meio do presente fórum – o qual integra um número da Revista Novos Debates exclusivamente composto pela produção acadêmico-intelectual de antropólogues negres. Aqui, interessa a nós indagar os lugares que a população negra ocupa dentro da nossa disciplina, assim como aqueles que nos foram sistematicamente vetados. Queremos compreender como a supremacia branca que sustenta e é sustentada pelo sistema político-econômico global capitalista atuou para, de forma contínua e meticulosa, apagar povos não-brancos dos cânones da nossa disciplina (Jesus; Pierre, 2020), ou mesmo controlar o que pesquisamos e escrevemos (Hurstun, 2019). Pretendemos localizar e pôr em evidência a produção feita por pesquisadoras/es negras/os, assim como mostrar que nós, antropólogues negres, existimos hoje, existíamos há mais de um século e seguiremos

existindo e ocupando a disciplina. Também temos por intuito mostrar que somos muitos e diversos.

Esse não é um trabalho que começa aqui e temos certeza de que não terminará nesse espaço. Para além das contribuições apresentadas por aqueles que compõem o espaço do Fórum – um espaço de discussões contínuas construído pela Novos Debates, que podem e devem extrapolar as edições nas quais eles são publicados –, apresentaremos, aqui, um breve histórico dos aquilombamentos que culminaram nessa coalizão de antropólogues negres em busca de transformações na nossa disciplina. Ainda, apresentaremos uma breve parte da sistematização dos dados apresentados nos dois formulários de mapeamento realizado por integrantes do Comitê de Antropólogas/os Negras/os da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) acerca da presença negra na nossa disciplina nos mais diferentes níveis formativos. Os dados nos quais nos baseamos para traçar algumas reflexões foram coletados através de formulário do Google Docs respondido por antropólogues negres, integrantes de um grupo de WhatsApp formado após as mobilizações na 31ª RBA. O grupo conta atualmente com 254 participantes oriundos de diferentes regiões do país.

Quanto à construção da amostra, em ambos os formulários, foi obtido um total de 134 respondentes em 2019 e 228 em 2020. Estes números demonstram um percentual elevado de respostas, uma vez que, nos dois momentos de coleta, houve um retorno superior a 50% do universo total. Com destaque para o fato de que, em 2020, foi possível ampliar significativamente o número de respostas chegando a um percentual de 89,7% em relação ao universo total do grupo.

### **Aquilombamentos**

No que tange à questão negra, sem sombra de dúvidas a criação do Comitê de Antropólogas/os Negras/os dentro da Associação Brasileira de Antropologia, em 2018, foi um ponto de inflexão fundamental para a consolidação das demandas desse grupo institucionalmente e nacionalmente. Nesse período, grupos de trabalho e simpósios foram propostos nos principais eventos de

Antropologia, assim como cursos voltados para a revisão dos clássicos da disciplina foram ofertados, introduzindo pensadores negres.

É de suma importância compreender o ato fundante do Comitê de Antropólogas/os Negras/os da ABA a partir de um continuum histórico que se consolida desde a atuação dos pioneiros que com a imposição da presença de corpos negres dentro de um nicho extremamente fechado e embranquecido, quanto ainda é a pós-graduação brasileira, abriram pequenas fendas que foram sedimentando o caminho que hoje possibilita que estejamos em condições de pautar nossas existências enquanto intelectuais que contribuem ativamente para o campo antropológico.

Esta compreensão se apresenta desde a Moção que demarca a sua criação e se consolida a partir de sua carta de apresentação à Diretoria da ABA, na qual são delineados pontos considerados estratégicos para o combate ao racismo, a partir do lugar que o Comitê ocupa dentro da associação. Dentre estas ações, se destaca a criação do Prêmio Lélia Gonzalez, que teve sua primeira edição na 32<sup>a</sup> RBA premiando a produção acadêmica de jovens pesquisadores negres nos diferentes níveis de formação como forma de incentivar e dar visibilidade a esses jovens talentos. Este prêmio também é significativo pelo reconhecimento (tardio) da grande contribuição intelectual de Lélia Gonzalez que reverbera até hoje, a despeito de toda invisibilidade e epistemicídio<sup>1</sup> que a autora enfrenta.

---

<sup>1</sup> Inspirada no trabalho de Boaventura de Sousa Santos, Sueli Carneiro afirma que “o epistemicídio se constituiu e se constitui num dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica/racial, pela negação que empreende da legitimidade das formas de conhecimento, do conhecimento produzido pelos grupos dominados e, conseqüentemente, de seus membros enquanto sujeitos de conhecimento. A formulação de Boaventura Sousa Santos acerca do epistemicídio torna possível apreender esse processo de destituição da racionalidade, da cultura e civilização do Outro. É o conceito de epistemicídio que decorre, na abordagem deste autor sobre o *modus operandi* do empreendimento colonial, da visão civilizatória que o informou, e que alcançará a sua formulação plena no racismo do século XIX” (Carneiro, 2005: 96). Ainda, vale pontuar que “na sua versão mais contemporânea nas universidades brasileiras, o epistemicídio se manifesta também no dualismo do discurso militante versus discurso acadêmico, através do qual o pensamento do ativismo negro é desqualificado como fonte de

Sabemos que ainda há muito a ser feito e um caminho árduo a ser perseguido, contudo, enxergamos nestes avanços a construção de possibilidades de superação dos entraves do racismo. São ações práticas, mas que carregam consigo um grande potencial simbólico e pedagógico, capaz de impulsionar outras iniciativas que movimentam as estruturas na direção de mudanças reais.

O aquilombamento de antropólogues negras/os não teve lugar exclusivamente nos espaços institucionais da ABA e eventos por ela organizados e/ou apoiados. Podemos perceber, especialmente na última década, o florescer de uma quantidade substancial de coletivos formados por discentes vinculadas/os a programas de pós-graduação em Antropologia. Em um levantamento informal junto a antropólogues negres, foram mencionados o Coletivo Zora Hurston (PPGAS/UnB), o Coletivo Marlene Cunha (PPGAS/MN), o Coletivo Negritude/NEAN OJU OBÁ (PPGA/UFPB), o Coletivo Rosa Parks (PPGAS/UFG), o Coletivo Negra Coletividade (PPGAS/UFRGS), o Coletivo Negro Guerreiro Ramos (PPGSA/UFRJ), o Grupo de Estudos Perspectivas Kilombistas (PPGAS/UFG) e o Coletivo Afroindígena de Pós-Graduação do PPGAS-UFSC.

Para além da função central do cuidado e do afroafeto, esses coletivos têm por objetivo lutar pela adequação das ementas, frutos do mais profundo pacto narcísico da branquitude (Bento, 2002); implementação e real efetivação das políticas de ações afirmativas nas seleções de mestrado e doutorado; fiscalização de concursos, seleções e aplicação de políticas públicas e leis voltadas para a questão étnico-racial; promoção de cursos preparatórios para as seleções de ingresso na pós-graduação voltados para candidatas/os negras/os e de outras minorias sociológicas; realização de eventos refletindo sobre a questão racial; entre outros. A atuação destes grupos demonstra a capacidade de organização e ação direta das pessoas negras na transformação e democratização do campo científico. Entretanto, este protagonismo também gera impactos danosos aos estudantes e docentes negres imersos no cotidiano combate ao racismo. Pois, ao fim e ao cabo,

---

autoridade do saber sobre o negro, enquanto é legitimado o discurso do branco sobre o negro" (Carneiro, 2005: 60).

percebe-se as duplas ou triplas jornadas acadêmicas que nós precisamos enfrentar para permanecer nesses espaços.

E essas lutas e coletividades estão presentes, também, entre estudantes de graduação. Não à toa, outro evento crítico (Das, 1995) que marcou o campo da Antropologia na última década foi a reivindicação do corpo discente da graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, encabeçada pelo Coletivo Negra, de institucionalizar cotas epistemológicas para autoras/os não-brancas/os em todas as ementas de disciplinas do curso. Esse movimento deu origem ao curso ministrado por Messias Basques, então professor substituto da supracitada universidade, intitulado “‘Branco sai, preto fica’: uma introdução à antropologia de autores negros/as”, no verão de 2019. Nos anos seguintes, ele foi ministrado como curso de extensão com o nome de “Vozes Negras na Antropologia” na Universidade de São Paulo (2019), na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (2021) e na Universidade Federal Fluminense (2021).<sup>2</sup>

Desta forma, percebe-se que esses espaços de aquilombamento são de suma importância para centralizar e pôr em prática diferentes políticas de visibilização das/os pesquisadoras/as negras e suas produções, respondendo diretamente às práticas epistemicidas (Carneiro, 2005) que nos excluem das ementas de disciplinas, das citações em monografias, dissertações, teses e artigos, que sistematicamente impedem o nosso acesso aos espaços de prestígio em grandes eventos e nos concursos para docentes. Movimentos como esse podem ser vistos na eclosão do uso de hashtags como #LeiaAutoresNegros ou #CiteMulheresNegras, assim como no crescimento do consumo de obras produzidas por pensadoras/es negras/os.

### **Quem somos, onde estamos, o que pesquisamos nós, antropólogues negres?**

A Antropologia no Brasil tem o seu início a partir dos estudos – em sua maioria racistas e eugenistas (Conceição,

---

<sup>2</sup> Para mais informações sobre o curso, acesse <https://www.vozesnegras.com/>. Acesso em 24.11.2021.

2020) – acerca do “problema do negro” na sociedade brasileira (Pinho, 2019). Contudo, essa parte da história da disciplina é, vez ou outra, apagada pelas/os historiadoras/os brancas/os da nossa disciplina, de forma semelhante ao que é feito com as contribuições de antropólogos negres desde o período de emergência do nosso campo. Por outro lado, há um constante desejo de que continuemos na posição de “objeto de pesquisa”, uma vez que uma das tensões que a Antropologia passa a enfrentar, especialmente desde meados do século XX, diz respeito às reações das então interlocutoras/es quando elas/os (nós) leem (lemos) o que é escrito pelas/os antropólogas (Brettell, 1993).

Assim, a ampliação das políticas de acesso afirmativo para graduação, pós-graduação e concursos docentes toca diretamente na ferida da “herança contraditória da Antropologia” (Mullings, 2005: 3), tendo em vista que os “objetos de pesquisa” *par excellence* da disciplina passam a ocupar o lugar de pesquisadores, revendo e tensionando o cânone, a metodologia e o fazer antropológico de forma geral.

O cenário é ainda mais preocupante se olharmos o conjunto de docentes das pós-graduações em Antropologia. De acordo com o levantamento do Grupo de Estudos Multidisciplinares em Ações Afirmativas (GEMAA/UERJ) (Cândido; Feres Jr.; Campos, 2018), no que diz respeito à autoidentificação racial das/os docentes vinculados a programas de pós-graduação em Antropologia, 79% dos docentes se declararam brancas/os, 8% eram pretas/os e pardos e 12% se encaixavam em outra identificação. É de se salientar que dentre as três grandes áreas das ciências sociais, a Antropologia é, de acordo com o levantamento do GEMAA, aquela com a menor porcentagem de docentes negras/os nas pós-graduações. Se a equidade de gênero parece ter sido alcançada proporcionalmente à população brasileira no nosso campo – uma vez que as mulheres representam 52% do corpo docente das pós-graduações (*Ibid*) –, a de raça está longe do ideal. Por essa razão, a aplicação e a fiscalização da Lei nº 12.990/2014 faz-se cada vez mais necessária.

Enquanto não conseguimos atingir o mínimo de paridade racial no nosso campo, nós, antropólogos negres

seguimos nos sentindo, na maior parte do tempo, como “*outsiders-within*” (Collins, 2014), cujo acesso pleno às possibilidades de ascensão na carreira e partilha dos espaços na disciplina é constantemente negado. E esse “passe-livre” nos é negado porque, historicamente na sociedade brasileira, fomos tratadas/os “como se fossem[os] da família”, como aponta a professora Luciana Dias (2019). Assim, temos as ferramentas teóricas, os fatos etnográficos e as armas para dismantelar essa grande casa-grande que pode ser a antropologia brasileira. Sem dúvidas, a onda negra que ocupa cada vez mais a Antropologia tem, por consequência, um medo branco que teme ter sua hegemonia desestabilizada.

Observando os resultados dos Mapeamentos sobre o Perfil das/os Pesquisadoras/es Negras/os do Brasil que foram realizados em 2019 e 2020 a partir das/os integrantes do Grupo de Antropólogues Negres, podemos observar o volume e a diversidade temática das produções deste conjunto de pesquisadoras e pesquisadores. A ênfase que podemos dar a partir destas nuvens de palavras (Imagens 1 e 2), formadas pelas temáticas de pesquisa das respondentes do questionário, recai sobre uma reflexão acerca dos temas em destaque. Educação, gênero, mulheres e raça se destacam como temas centrais para grande parte do universo de respondentes demonstrando que os marcadores sociais da diferença atravessam diretamente os interesses de pesquisa e a produção destas/es intelectuais, tendo como centralidade as reflexões em torno da educação.

Esta preocupação em dedicar-se ao campo da educação como temática aponta para caminhos a serem melhor investigados sobre a valorização dos estudos, que surge na forma de mecanismo de mobilidade social por um lado, e por outro, como uma esfera de contradições e reprodução de racismo e exclusão. Estas perspectivas antagônicas convivem em uma dinâmica complexa que tem sido abordada e pensada por um conjunto significativo de pesquisadoras/es negras/os. Colocar a educação neste lugar também é uma forma de demarcar que não desistiremos dela enquanto campo de disputas simbólicas e construção de uma episteme da pluralidade voltada a contestar a supremacia do pensamento brancocêntrico.





Imagem 1: Nuvem de palavras - Temáticas de Pesquisa das respondentes de 2019



Imagem 2: Nuvem de palavras - Temáticas de Pesquisa das respondentes de 2020





Imagem 3: Mapa de distribuição nacional das/os respondentes de 2020

### Palavras finais para o começo de uma história

Apresentado o cenário da presença negra na Antropologia, ainda nos resta um apelo: não queremos que apenas “pretos tipo A” possam ter acesso ao espaço universitário. Porque, como afirmam os Racionais MC’s na música *Um Preto Zica*, “ser um preto tipo A custa caro, é foda”.<sup>3</sup> Custa saúde mental, que somatiza por todo o corpo. Custa ser duas ou três vezes melhor do que um colega branco médio para ter metade do que eles recebem. Queremos, como bem diz esse grupo de rap paulistano, que os racistas otários nos deixem em paz para existirmos dentro da Antropologia a partir de toda a nossa pluralidade.

É hora de a Antropologia branca superar a sua parcela da neurose cultural brasileira (Gonzalez, 2020) e ser, de fato, antirracista. Não há mais espaços para “antirracismos racistas”, como aqueles discursos que foram empregados – e ainda o são – para deslegitimar as políticas de ações afirmativas direcionadas à população negra, ou aqueles que vemos estampados nas colunas dos jornais

<sup>3</sup> Música disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=rsGgHt8Dd7E&ab\\_channel=AnalKondZilla](https://www.youtube.com/watch?v=rsGgHt8Dd7E&ab_channel=AnalKondZilla) Acesso em: 24.11.2021.

brasileiros de maior circulação. Porque, como aponta Lee Baker (2021: 127 *tradução nossa*), “mesmo que essas personalidades estejam lutando para serem antirracistas, elas engajaram e articularam o racismo e contribuíram para a consolidação da branquitude”. Desta forma, é passada a hora de encarar o racismo antinegro como uma poderosa ferramenta da sociedade brasileira que limita possibilidades de garantir a equidade, ideologia essa ainda presente na nossa disciplina.

Como dito em Oliveira, Ribeiro e Venancio (2021: 7), “estamos diante de uma geração forjada por uma política educacional ambivalente e duplamente comprometida”. Por essa razão, nós não nos esquecemos que os nossos passos vêm de longe! Nossos passos vêm de Anténor Firmin, Zora Hurston, Antonio Bispo, Eduardo Mondlane, Jomo Kenyatta, Archie Mafeje, Katherine Durham, Manuel Raymundo Querino, Juliano Moreira, Edison Carneiro, Lélia Gonzalez, Kabengele Munanga, José Carlos dos Anjos, Carlos Benedito da Silva, Vera Regina da Silva, João Batista Felix, Luena Pereira, Alcinda Honwana, Manuel Z. Olivella, Jean Price-Mars, Marlene Cunha, Pearl Primus, Safi Faye, Osmundo Pinho, Marimba Ani, Faye Harrison, Leith Mullings, Mara Viveiros, Zélia Amador de Deus e de tantas/os outras/os mais velhas/os que abriram os caminhos para que aqui estivéssemos hoje.

Por fim, retomando as palavras da nossa ancestral Lélia Gonzalez (2020: 78): “o lixo vai falar, e numa boa!”. Nos livramos das máscaras de flandres e, coletivamente, fazemos e faremos as nossas vozes ecoarem. Por meio desse ecoar de vozes, trabalhos e projetos, talvez caiba, a partir dos movimentos construídos por nós e pelas/os nossas/os, uma breve adequação do trecho de Milton Nascimento que dá nome ao nosso texto: nada será como antes, hoje mesmo!

#### **Referências bibliográficas:**

- BAKER, Lee D. 2021. “The Racist Anti-Racism of American Anthropology”. *Transforming Anthropology*, 29 (2): 127-142.
- BENTO, Maria Aparecida da Silva. 2002. *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações*

*empresariais e no poder público*. Tese de Doutorado em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano, Universidade de São Paulo, São Paulo.

- BRETTELL, Caroline B. (ed.). 1993. *When they read what we write. The politics of ethnography*. Westport: Bergin & Garvey.
- CANDIDO, M. R.; FERES JUNIOR, J. ; CAMPOS, L. A. 2018. *Raça e Gênero nas Ciências Sociais: um perfil da pós-graduação no Brasil*. Rio de Janeiro: Observatório das Ciências Sociais, (Boletim). Disponível em: [http://gema.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2020/07/Boletim-OCS\\_GEMAA\\_2020.pdf](http://gema.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2020/07/Boletim-OCS_GEMAA_2020.pdf) Acesso em: 07.11.2021.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. 2005. *A construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser*. Tese de Doutorado em Educação. Universidade de São Paulo: São Paulo.
- COLLINS, Patricia Hill. 2016. “Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro”. *Sociedade e Estado*, 31: 99-127.
- CONCEIÇÃO, Willian. 2020. *Branquitude: dilema racial brasileiro*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens Edições, 92p.
- DAS, Veena. 1995. *Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India*. New Delhi: Oxford University Press.
- DIAS, Luciana de Oliveira. 2019. “Quase da família: corpos e campos marcados pelo racismo e pelo machismo”. *Humanidades & Inovação*, 6 (16): 8-12.
- GONZÁLEZ, Lélia. 2020. “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. In: *Por um feminismo afrolatino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*, Rio de Janeiro: Zahar. pp. 75-93.
- HURSTON, Zora Neale. 2019. “O que os editores brancos não publicarão” (Tradução por Messias Basques). *Ayé: Revista de Antropologia*, 1 (1): 102-111.
- JESUS, Aisha Beliso-De; PIERRE, Jemima. 2020. “Anthropology of White Supremacy Introduction”. *American Anthropologist*, 122(1): 65-75.

- MULLINGS, Leith. 2005. "Interrogating Racism: Toward an Antiracist Anthropology." *Annual Review of Anthropology*, 34(2005): 667-93.
- OLIVEIRA, Thiago; RIBEIRO, Milton; VENANCIO, Vinícius. 2021. "O PROBLEMA - Localizando a antropologia brasileira: Contribuições para pensar corpo, lugar e a geopolítica da produção de conhecimento". *Novos Debates*, [S. l.], 7 (1): 1-15. DOI: 10.48006/2358-0097-7108.
- PEREIRA, Luena Nascimento Nunes. 2020. "Alteridade e raça entre África e Brasil: branquidade e descentramentos nas Ciências Sociais brasileiras". *Revista de Antropologia*, 63(2): 1-14.
- PINHO, Osmundo. 2019. "A antropologia no espelho da raça". *Novos Olhares Sociais*, 2 (1): 99-118.